

Federação Nacional das APAEs - FENAPAE
Universidade Corporativa da Rede Apae - UNIAPAE
Sistema de Intercâmbio entre Gestores das Apaes - SIGA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador

Coletânea de Informações



SALVADOR - BAHIA
2009





SUMÁRIO

Apresentação	03
Centro Educacional Especializado	
Resumo do Funcionamento	05
Histórico da Inclusão Escolar.....	07
Linhas de Ação para a Construção de uma Cultura Inclusiva na Rede Regular de Ensino	09
Programa de Apoio à Inclusão Escolar: Passos para a Inclusão.....	11
Legislação.....	15
Escola Especial	
Resumo do Funcionamento.....	19
Ações Pedagógicas 2009.....	21
Proposta para Educação Infantil/2009	22
Planejamento da Educação Infantil.....	23
Projeto de Aprendizagem 2009	27
Centro de Formação e Acompanhamento Profissional	
Apresentação	31
Iniciação para o Trabalho	33
Formação Profissional	36
Inserção e Acompanhamento Profissional – Colocação	39
Equipe de Apoio Multidisciplinar	44
Centro de Artes	45
Serviço Social	
Projetos Desenvolvidos	47
Outras Ações	48
Área de Saúde	
Alguns Procedimentos	50
Organização Institucional	
A Importância do Sistema de Planejamento	54
Política de Acompanhamento e Monitoramento do Movimento Apaeano.....	57
Gerenciamento Financeiro	59
Referências	63



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos essa Coletânea de Informações. Hoje, com 40 anos de experiência, a Apae Salvador disponibiliza, por meio dessa coletânea, alguns dos muitos aprendizados realizados nessa caminhada.

Esperamos que as sugestões aqui apresentadas possam subsidiar os gestores, técnicos e professores das Apaes com saberes que ampliem as competências necessárias para diferenciar o atendimento da pessoa com deficiência, contando com profissionais capacitados em desenvolver seu potencial empreendedor e criativo.

Essa coletânea se constitui de informações acerca de legislação, monitoramento, organização institucional, atendimentos na área de saúde, educação, fortalecimento da família e educação profissional.

Esse é um primeiro passo. Queremos conhecer e reconhecer as práticas, os esforços e compromissos das demais Apaes. Para tanto, esperamos que nessa coletânea sejam incorporadas, aos poucos, outras experiências.

Bom trabalho a todos.

Cordialmente,

Equipe do Projeto SIGA
Apae Salvador



Resumo do Funcionamento
Histórico da Inclusão Escolar
Linhas de Ação para a Construção de uma Cultura Inclusiva na Rede Regular de Ensino
Programa de Apoio à Inclusão Escolar: Passos para a Inclusão
Legislação

CENTRO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO APAE SALVADOR



RESUMO DO FUNCIONAMENTO

O Centro Educacional Especializado (Ceduc) se constitui em três áreas de atendimento: a escola especial, o centro de atendimento e o programa de inclusão.

A criança ao ingressar na Apae Salvador é submetida a uma avaliação diagnóstica, realizada por uma equipe multidisciplinar. Fazem parte dessa equipe, profissionais das diversas áreas: serviço social, neurologia, psicologia, psicomotricidade, pedagogia, terapia ocupacional e fonoaudiologia.

Após essa avaliação é realizada uma reunião técnica para discussão de caso, com o objetivo de estabelecer as normas de atendimento ou encaminhamento a outros serviços da comunidade.

O nosso público alvo são crianças com deficiência intelectual na faixa etária de 2 a 16 anos e tem como objetivo atuar, como toda e qualquer Unidade de Ensino, assegurando oportunidade de formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para a vida e inclusão no processo social.

O Ceduc oferece à comunidade um espaço físico com 14 salas de aula, dispostas entre o turno matutino e vespertino. Conta com uma equipe multidisciplinar, composta por 28 professores especializados, 01 instrutor, 04 professores de educação física, 02 coordenadoras e 02 assistentes pedagógicas, 01 psicóloga, 02 fonoaudiólogas, 02 assistentes sociais e 2 terapeutas ocupacionais.

Oferece um currículo adaptado às necessidades específicas da criança, tendo como ponto de partida o desenvolvimento global, preparando o cidadão para a vida e promovendo sua inclusão no processo educacional e social.

O planejamento é desenvolvido através de projetos interdisciplinares, com o objetivo de atender às necessidades de uma prática pedagógica voltada para a construção



da cidadania e do conhecimento, estimulando a troca de experiências sociais, culturais e afetivas, bem como a aquisição de valores e habilidades.

Os projetos norteiam a nossa rotina diária, constituindo-se de vários momentos. Essa rotina ajuda na sistematização do trabalho e possibilita, gradativamente, a organização da criança no espaço e no tempo. Essa dinâmica é muito importante para que as crianças adquiram segurança e independência ao acompanhar e perceber o início, meio e fim das atividades.

Atender às necessidades de uma prática pedagógica voltada para a construção da cidadania e do conhecimento, enfrentando desafios e desenvolvendo suas potencialidades por meio de aprendizagens significativas que permitem a percepção do mundo. Esta é a nossa meta.

A avaliação da aprendizagem é realizada de forma contínua, sistemática e integral, os alunos são avaliados de uma forma psicodiagnóstica mediadora em forma de registros diários e relatórios semestrais.



HISTÓRICO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Do sonho à realidade: Em 2004, o Centro Educacional Especializado – Ceduc (a escola da APAE) foi informada de que alguns de seus alunos estavam sendo matriculados pelos pais em escolas comuns da rede regular de ensino. Muito já se ouvia sobre inclusão escolar, e o Ceduc começou a se reestruturar, antecipando-se ao que estava por vir, a partir de uma constatação: a inclusão dos alunos com deficiência intelectual nas escolas comuns era um movimento necessário, crescente e irreversível.

Era preciso apoiar estas famílias que se muniram de coragem e informação para assegurar a seus filhos direitos e oportunidades de aprendizagem na escola. Apoiar, também, estes alunos que deixavam a escola especial para adentrar a escola comum, com toda a sua dinâmica de turmas com muitos alunos, professores muitas vezes despreparados para lidar com questões específicas da pessoa com deficiência, uma sociedade de exigências e preconceitos. Por outro lado, era necessário também apoiar estes professores que estavam recebendo alunos da APAE em suas respectivas classes. Eles poderiam sentir-se inseguros diante do novo, temerosos, sem saber por onde começar. Como desmistificar a deficiência? Como auxiliar as comunidades escolares a derrubar barreiras atitudinais, acolhendo cada aluno com deficiência intelectual como um indivíduo pleno e não como um “deficiente”? Como fortalecer todos os atores do processo inclusivo que estava só começando a sair do discurso e tornar-se realidade?

Ainda em 2004, o Ceduc começou a “arregaçar as mangas”. **TRANSFORMAÇÃO** foi o lema desta nova fase. Os profissionais vestiram a camisa da inclusão e decidiram: vamos estimular o processo, atuando em todas as frentes. Identificamos as necessidades e tendências a partir de um trabalho sistemático de visitação às escolas dos alunos em processo de inclusão, observando a dinâmica de sala de aula, dialogando com professores e direção. Todas as impressões e dados, bem como as reflexões advindas da socialização destes com a equipe pedagógica do



Ceduc, resultaram em um documento, o “Relatório de Visitas às Escolas 2004”. Este documento foi a base para as mudanças subsequentes.

O Ceduc reorganizou a sua estrutura em Escola Transitória (escola especial) e Centro de Atendimento Especializado: assim, todos os alunos, matriculados ou não na rede regular de ensino, seriam beneficiados. O termo “transitória” reflete a crença de que todos podem, há seu tempo, conquistar seu espaço de aprendizagem na escola comum; a escola especial passa a ter outro caráter. Para os alunos em inclusão na escola comum, uma nova dinâmica: atendimentos especializados, em pequenos grupos, com carga horária diferenciada; atendendo, assim, às necessidades educacionais especiais em caráter complementar à escola comum, favorecendo a aprendizagem dos conteúdos do currículo formal. E, para dar as mãos aos professores das escolas que aceitaram o desafio da inclusão, criamos o Programa de Apoio à Inclusão Escolar, com ações programadas de acompanhamento do processo inclusivo e capacitação dos professores envolvidos. Essa reformulação, aliada a ações de fortalecimento da família, constituíram o pontapé inicial para fazer acontecer!

O Programa de Apoio conta, hoje, com uma estrutura básica firmada e com uma equipe que desenvolve ações sistemáticas e consistentes para alavancar, a cada dia, nossos indicadores de sucesso. São eles: o aumento significativo de alunos matriculados nas escolas comuns; a permanência e avanço dos mesmos no ensino regular; a parceria com mais de 100 escolas; entre elas municipais, estaduais, particulares e comunitárias; a formação continuada de mais de 350 professores destas unidades escolares; a consolidação da parceria com as famílias, que se tornaram verdadeiras multiplicadoras de informações sobre inclusão escolar; o número crescente de palestras em instituições de ensino superior, divulgando a proposta inclusiva. Hoje o Programa de Apoio é uma realidade, o número de alunos com deficiência intelectual nas escolas comuns só tende a aumentar – e, assim, nossa demanda – ratificando nosso compromisso em promover ações efetivas, que assegurem a inclusão com responsabilidade, cientes de que escola especial e escola comum são dois braços de um mesmo corpo chamada educação.



LINHAS DE AÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA NA REDE REGULAR DE ENSINO

Apresentação

O Programa de Apoio à Inclusão Escolar, dentro do escopo de suas ações voltadas à instrumentalização das escolas comuns para a educação inclusiva, traça, junto aos gestores das escolas parceiras, linhas de ação para a construção de uma cultura inclusiva. A sistemática desenvolvida de acordo com os eixos humanos abaixo relacionados permite a elaboração de um projeto de abrangência significativa, considerando todos os atores – diretos e indiretos – do processo educativo. Assim, ampliam-se as possibilidades de implementação e manutenção da cultura inclusiva nas escolas, base para o sucesso da inclusão de alunos com deficiência e, em última análise, para a efetivação da premissa da educação para todos.

Linhas de ação

Pressupõe a seleção de objetivos e estratégias específicas para a atuação em cada eixo humano envolvido. Definidas as linhas básicas de atuação, estas são detalhadas dentro do calendário anual da escola, de modo a assegurar um trabalho de continuidade.

Linha de ação 01

Eixo humano: corpo docente

Objetivo: fornecer subsídios teóricos e metodológicos aos docentes, instrumentalizando-os para a ação pedagógica inclusiva.

Estratégias:

- Levantamento de demanda;
- Formação de grupos de estudo;
- Busca de parcerias.

Linha de ação 02

Eixos humanos: funcionários

Objetivo: integrar os funcionários à cultura inclusiva, capacitando-os a lidar com questões pertinentes ao atendimento das necessidades especiais dos alunos.



Estratégias:

- Informação;
- Capacitação/treinamento;
- Sensibilização.

Linha de ação 03

Eixo humano: famílias de alunos

Objetivo: integrar as famílias dos alunos de toda a escola à cultura inclusiva, tornando-os parceiros da escola e aptos a orientar seus filhos para a convivência com a diversidade.

Estratégias:

- Sensibilização;
- Informação;
- Envolvimento com as atividades da escola.

Linha de ação 04

Eixo humano: alunos

Objetivo: cultivar os valores humanitários, formando com os alunos uma rede de disseminação da cultura inclusiva interna e externa à escola.

Estratégias:

- Sensibilização;
- Informação;
- Envolvimento em projetos da rotina escolar e projetos de disseminação (abertos à comunidade).

Linha de ação 05

Eixo humano: comunidade

Objetivo: sensibilizar o público externo à escola para a convivência com a diversidade, estendendo a cultura inclusiva ao entorno.

Estratégias:

- Envolvimento da comunidade na vida escolar;
- Fomento à participação comunitária em eventos internos;
- Organização de atividades voltadas à comunidade, tendo como foco a disseminação da cultura inclusiva.



PROGRAMA DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: PASSOS PARA A INCLUSÃO

1. Ter como filosofia da educação a base teórica construtivista, que leva em conta as diferenças na aprendizagem dos indivíduos. Esse primeiro passo inspira todos os seguintes, porque o trabalho de inclusão só se torna possível se orientado por uma proposta teórica condizente com suas finalidades.
2. Conscientizar a comunidade – alunos e pais, sobretudo, sobre o fato de que o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros alunos e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário e respeitador das diferenças.
3. Ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com situações inusitadas. Por exemplo, um aluno que necessita de ajuda para usar o banheiro ou outro que prefira estar a maior parte do tempo fora da sala de aula.
4. Matricular os alunos portadores de deficiência nas classes correspondentes a sua idade cronológica, para que construam, ainda que em defasagem mental, uma idade social. A convivência com colegas da mesma faixa etária possibilita ao portador de deficiência a inserção em um grupo social que lhe é próprio.
5. Não priorizar a aprendizagem dos conteúdos educacionais em detrimento da aprendizagem da vida.
6. Elaborar o plano didático não mais mediante parâmetros preestabelecidos, mas levando em conta a realidade dos alunos da classe. Cabe ao professor a tarefa de adequar-se ao seu “público”, e não esperar que este se ajuste a determinações alheias à sua condição presente.
7. Não esperar “respostas” imediatas dos alunos com necessidades especiais. Respeitar as diferenças é também respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um, o



qual, na maioria das vezes, não corresponde às nossas expectativas. Contudo, não deixar de apresentar determinados temas ao aluno com deficiência mental, supondo que ele não vá “aprendê-los”.

8. Avaliar a aprendizagem considerando o potencial do aluno e não as exigências do sistema escolar.

9. Em casos muito extremos, como alta agressividade ou passividade absoluta, aconselhar aos pais que busquem ajuda médica.

10. Fazer da observação atenta o seu mais importante instrumento de tomada de decisão. Essa observação deve igualmente alimentar o momento de reflexão pós-aula, no qual a aula será submetida à avaliação em todos os seus aspectos e se planejarão as ações futuras.

11. Não ter medo de, muitas vezes, aliar a intuição aos conhecimentos de natureza psicopedagógica.

12. Derrubar os seguintes mitos:

- a. De que os portadores de necessidades especiais (PNE) necessitam de cuidados especiais – na maioria dos casos, isto não traduz a realidade. Muitos PNE até preferem ser tratados sem nenhuma distinção.
- b. De que as pessoas que lidam com os PNE, principalmente os professores, precisam ser especialistas – as mães dos deficientes não são especialistas e, quase sempre, cuidam deles muito bem. Contudo é necessário que o professor esteja atento ao que pode fazer para contribuir com o desenvolvimento dos PNE.
- c. De que os PNE têm de estar em escolas especiais – por serem portadores de alguma deficiência é que precisam de escolas comuns, para que possam conviver com pessoas potencialmente “mais capazes” e, dessa forma, construir um referencial mais próximo da normalidade.



- d. De que eles atrapalham a aprendizagem das outras crianças – ao contrário, ajudam-nas a ser mais tolerantes, cooperativas e conscientes das diferenças, bem como “obrigam” o professor a elaborar um plano mais rico em recursos didáticos.

Fonte: RAMOS, Rossana. Passos para a Inclusão, 2º ed. São Paulo: Cortez, 2006. (p.13-15).

Algumas Sugestões:

Filmes

- Gilbert Grape – Aprendiz de sonhador (Deficiência Mental)
- Forrest Gump – O Contador de Histórias (Deficiência Mental)
- Filhos do Silêncio (Deficiência Auditiva)
- Mr. Holland – Adorável Professor (Deficiência Auditiva)
- O Piano (Deficiência Auditiva)
- A Força de um Campeão (Deficiência Física)
- Amargo Regresso (Paraplegia)
- Feliz Ano Velho (Tetraplegia)
- Oitavo Dia (Síndrome de Down)
- Meu Pé Esquerdo (Paralisia Cerebral)
- Além dos Meus Olhos (Deficiência Visual)
- Perfume de Mulher (Deficiência Visual)
- Anne Sullivan (Deficiência Múltipla – visual / auditiva)
- Olhos Azuis (Documentário sobre Discriminação)
- Meu Nome é Radio (Deficiência Mental)

Livros

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação:** Rumo à sociedade aprendente. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CARVALHO, Janete Magalhães (Org.). **Diferentes Perspectivas da Profissão Docente na Atualidade.** Vitória: EDUFES, 2002.
- FERREIRA, Solange Leme. **Aprendendo sobre a Deficiência Mental:** um programa para crianças. Ed. Memnom.
- GALLICCHIO, Gisele. **Simulacro e Inclusão Social.** Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/art_simulacro_e_inclusao_social.asp?f_id_artigo=480>.



- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Compreendendo a Deficiência Mental**. São Paulo: Ed. Scipione.
MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Ed. Moderna.
- MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- PADILHA, Anna Maria Lunardi. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial: A capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005
- PANTUZZO, Fernanda Leal; COUTO, Margareth Pires do. **Inclusão ou exclusão: eis a questão... A inserção dos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino público**. Disponível em:
 - http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/sem3/fernanda_pantuzzo1
- RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais**. São Paulo: Cortez Editora
 - SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPTÃO JR, Francisco B. **Deficiência Mental, Sexualidade e Família**. Editora Manole
- TOPCZEWSKI, Abram. **Hiperatividade: como lidar?** Ed.Casa do Psicólogo

Sites

ABRA – Associação Brasileira de Autismo – www.autismo.org.br

AUMA – Associação dos Amigos da Criança Autista – www.autista.org.br

Autismo (sobre autismo) – www.autismo.com.br

Biblioteca virtual: ww.bibvirt.futuro.usp.br/index.php/videos/tv_escola/educacao_especial

Biblioteca Virtual governamental: www.dominiopublico.gov.br

Centro de Referência (sobre educação especial) – www.centrorefeeducacional.pro.br

Cidadão eficiente (sobre deficiências) – www.cidadaoeficiente.com.br

Deficiente eficiente (sobre deficiências) – www.deficienteeficiente.com.br

Defnet (sobre deficiências) – www.defnet.org.br

Educação Inclusiva: <http://educando.wordpress.com/category/educacao-inclusiva/>

Entre amigos (sobre deficiência) – www.entreamigos.com.br

Fundação Síndrome de Down – www.fsdow.org.br

Portal do Ministério de Educação e Cultura: www.mec.gov.br/seesp

Rede Saci (sobre deficiência) – www.saci.org.br

Revista Sentidos (sobre deficiências) – www.sentidos.com.br



LEGISLAÇÃO

INTRODUÇÃO

"A escola é direito de todos". Esta frase inquieta muitos professores quando constatarem, em suas salas de aula, a realidade da diversidade humana. A origem da educação tradicional fez com que alguns profissionais de educação despertassem o desejo de nivelar os conhecimentos dos alunos. A proposta da educação inclusiva deu um novo aspecto a educação, visando um olhar diferenciado sobre as singularidades humanas.

Baseada nas leis internacionais e nacionais que legitimizam o processo de inclusão é necessário fazermos uma reflexão sobre a política de inclusão, com o propósito de identificar e compreender o funcionamento legal, bem como as reflexões das normas da educação regular.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) - estabelece que os direitos humanos sejam os direitos fundamentais de todos os indivíduos.

Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU, 1971) - proclama os direitos das pessoas com deficiência intelectual.

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) - estabelece os direitos de todas as pessoas, com deficiência, sem qualquer discriminação.

Carta para a Década de 80 (ONU, 1980) - estabelece metas dos países-membro para garantir igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência.

Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU, 1990) - aprova a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades de Aprendizagem; promove a universalização do acesso a educação.

Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU, 1993) - estabelece padrões mínimos para promover igualdade de direitos (direito a educação em todos os níveis para crianças, jovens e adultos com deficiência, em ambientes inclusivos).

Declaração de Salamanca - Princípios, Política e Prática em Educação Especial, 1994 - proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Guatemala, 1999) –



condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição à causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive a educação.

Declaração de Caracas, 2002 - constitui a Rede Ibero americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias como instância para promoção, organização e coordenação de ações para defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e suas famílias.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Constituição Federal, 1988 - (Art. 208, III) - estabelece a direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

Lei Nº 7853, 1989 - cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre a apoio as pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Estatuto da Criança e do Adolescente, (ECA, Lei nº 8069, 1990) - no Art. 53 assegura a todos o direito a igualdade de condições para a acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente da rede regular de ensino.

Decreto nº 914/93 - estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, 1996) - assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades específicas. No Capítulo V - da Educação Especial, se constrói um novo olhar para a Educação Especial, viabilizando uma prática inclusiva, enfatizando, no art. 58, que a educação especial pode ser entendida "para os efeitos desta Lei, [como] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portador de necessidades especiais".

Decreto nº 2.208/97 - regulamenta a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998) - Adaptações Curriculares) fornecem as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Decreto nº 3.298, 1999 - regulamenta a lei nº 7.853/89 que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabelece a matrícula compulsória , em cursos regulares de escolas públicas e particulares de pessoas com deficiência.

Lei nº 10.098, 2000 - estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário público, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Lei nº 10.048, de 2000 - estabelece a prioridade de atendimento as pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos



devam ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência.

Plano Nacional de Educação, 2001 - explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implantação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.

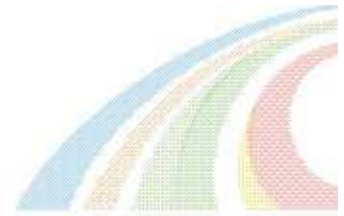
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001 - endossa a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade.

Decreto nº 3.956 (da Presidência Federal da República, 2001) - reconhece o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (Convenção de Guatemala), reafirmando o direito de todas as pessoas com deficiência a educação inclusiva.

Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação) / CEB (Câmara de Educação Básica) nº 17 - aponta os caminhos da mudança para os sistemas de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e profissional.

Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - regulamenta as Leis nºs. 10.048, de 08 de dezembro de 2000 e, 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vários âmbitos.

Programa de Complementação aos Atendimentos Educacionais Especializados as Pessoas Portadoras de Deficiência, 2004 - garante a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiências, cuja situação não permita a integração em classes comuns do ensino regular.



Resumo do Funcionamento
Ações Pedagógicas 2009
Proposta para Educação Infantil/2009
Planejamento da Educação Infantil
Projeto de Aprendizagem 2009

ESCOLA ESPECIAL



RESUMO DO FUNCIONAMENTO

A escola especial tem como objetivo promover condições de aprendizagem ao educando com deficiência intelectual, atuando sobre o conhecimento particular que vai determinar e possibilitar a construção do conhecimento e da autonomia, favorecendo assim sua inclusão na rede regular de ensino e na sociedade. Atende educandos com deficiência intelectual na faixa etária de 2 (dois) a 16 (dezesesseis) anos. Está organizada em três segmentos:

- 1) Educação Infantil – de 02 a 06 anos;
- 2) Ensino Fundamental – de 07 a 14 anos;
- 3) Educação de Jovens e Adultos – de 14 a 16 anos.

Organização curricular

Tendo como meta de ensino um trabalho de conhecimento, respeitando o desenvolvimento cognitivo e individual do aluno com deficiência intelectual, a escola especial apresenta uma proposta curricular condizente com as reais necessidades dos educandos, desenvolvida através de projetos de aprendizagens específicos a cada segmento.

Na educação infantil, o alicerce de todo o trabalho está no cuidar e no educar vislumbrando a construção da identidade e da autonomia estreitando a parceria família/escola com o intuito de fortalecer as singularidades e do desenvolvimento sócio, emocional e cognitivo das crianças, fazendo uso dos diversos espaços de aprendizagens e tendo como eixos norteadores as áreas do conhecimento: Linguagem oral e escrita, conhecimento de mundo, natureza e sociedade e movimento e expressão.

Considerando os diferentes estágios de conhecimento prévio, a escola atua de forma que, progressivamente, durante o ensino fundamental, cada aluno possa desenvolver habilidades de interpretar e produzir textos nas mais variadas situações de acordo com a proposta oferecida pelo professor. Destacam-se os eixos de



trabalho: movimento e expressão, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, educação física e informática educativa.

Diante das novas exigências sócio-político-culturais o objetivo da Educação de Jovens e Adultos é capacitar os educandos para o exercício da cidadania, estimulando o desenvolvimento das habilidades do currículo funcional para ingresso ao Cefap (Centro de Formação e Acompanhamento Profissional) e rede regular de ensino. Nessa perspectiva, refletimos dentro de uma visão pedagógica considerando sua dimensão social, ética e política como foco na implementação das noções básicas de inclusão no mercado de trabalho.

Áreas do conhecimento contempladas:

Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Natureza e Sociedade.

Conteúdos a serem trabalhados:

Identidade/ Vida familiar/Escola/Linha do tempo/Espaços de vivências e convivências/Normas e regras sociais/Expressão artística/Trabalho, tecnologia e emprego/Construção da identidade sexual/O corpo e sua funcionalidade/Higiene e saúde/Autoconhecimento para o auto-cuidado/Alimentação, saúde, autonomia e independência (AVP)/Preservação do meio-ambiente/ Horta.

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento do desenvolvimento do educando é feito através de registros sistemáticos realizados pelos professores, organizados em relatórios semestrais e portfólios. Os profissionais responsáveis pelos atendimentos específicos também emitem pareceres sobre cada educando.



- Dar a vez ao alunado de forma organizada;
- Apresentar aos alunos a divisão de horários praticada na escola;
- Esclarecer o caráter inegociável da estrutura-base (duração de cada horário, número de aulas semanas de língua portuguesa, por exemplo, horários do intervalo, chegada e saída);
- Levantar, junto aos alunos, os nomes dos atendimentos/aulas;
- Dispor, no quadro de horários, os atendimentos (cuja determinação de horário é, *a priori*, inegociável);
- Levantar, junto aos alunos, as atividades permanentes (rotinas), tais como chamada, acolhimento, organização de material etc.;
- Negociar, com os alunos, o posicionamento das aulas no quadro (exceto os atendimentos, que já são previamente estipulados);
- Montar o quadro de horários com os alunos;
- Retomar o quadro de horários diariamente, firmando acordos e avaliando seu cumprimento;
- Normas de convivência, não esquecendo a afetividade;
- Construção da rotina compartilhada;
- Grupos de responsabilidade;
- Construção de assembléia.

“O aluno bem-comportado pode sê-lo por medo do castigo, por conformismo. Pouco importa: seu comportamento é tranqüilo. Ele é disciplinado. Isto é desejável?”.

Yves de La Taille



Objetivo geral

Favorecer a construção da identidade e autonomia da criança, através de situações que desenvolvam as habilidades físicas e mentais, incentivando a independência e a curiosidade, com ênfase na auto-estima, afetividade, cooperação, socialização e a organização, oportunizando a interpretação da realidade e estabelecendo relações entre novas informações e a realidade dos estudantes para construir conhecimento, compreendendo a sociedade e interagindo nela.

Objetivos específicos

- Ser cada vez mais autônoma em relação ao adulto;
- Interagir com outras crianças e resolver os conflitos entre elas mesmas;
- Ser independente e curiosa, ter iniciativa própria para satisfazer sua curiosidade;
- Ter confiança e habilidade para formar ideias próprias e expressá-la com convicção, não desencorajando diante dos obstáculos;
- Oferecer oportunidades de fortalecimento da auto-estima e de construção da identidade e autonomia;
- Desenvolver o raciocínio lógico-matemático, através de atividades desafiadoras;
- Desenvolver a expressão oral e escrita, bem como a interpretação de textos;
- Promover situações na qual o aluno desenvolva suas habilidades físicas e a expressão corporal;
- Incentivar a utilização dos conhecimentos científicos para compreender os fenômenos naturais, desenvolvendo, assim, a capacidade de aprender a aprender;
- Dar ênfase ao aprendizado, num ambiente afetivo e acolhedor, com segurança e independência, onde a criança sinta prazer em aprender.



1. Linguagem (oral e escrita)

Objetivos

- Ampliar capacidade comunicativa;
- Ampliar vocabulário;
- Aprender a olhar e a ouvir, trocando experiências;
- Conhecer e aprender a respeitar o diferente;
- Interessar-se pelo contato com práticas culturais mediadas pela escrita.

Conteúdos

- 1- Falar e escutar;
- 2- Práticas de leitura.

Habilidades e competências

- Uso da linguagem oral;
- Elaborar perguntas e respostas;
- Explicar e argumentar suas idéias e pontos de vista;
- Reconto de história;
- Desenvolver às várias capacidades, como a sociabilidade, comunicação, entre outras;
- Ouvir a leitura de textos de diferentes gêneros;
- Ler mesmo que ainda não o faça de forma convencional;
- Observar e manusear materiais impressos;
- Valorizar a leitura.

Procedimentos

- Roda de conversa;
- Lista de chamada;
- Dramatização;
- Produções artísticas;
- Roda de história;
- Atividades de escrita;
- Músicas;
- Diferentes gêneros textuais (parlendas, trava-língua, poemas, receitas);



- Cartazes coletivos;
- Manuseio de livros, jornais e revistas.

2. Matemática

Objetivos

- Estabelecer aproximações a algumas noções matemáticas presentes no seu cotidiano como contagem, relações espaciais, etc;
- Reconhecer e valorizar os números, as contagens orais e noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano.

Conteúdos

- Contagem;
- Medidas e grandezas;
- Espaço e forma.

Habilidades e competências

- Expor idéias próprias e escutar as dos outros;
- Reconhecer e representar as posições espaciais em situações diferentes;
- Diferenciar as formas geométricas básicas;
- Reconhecer cores;
- Realizar contagem oral em situações do cotidiano.

Procedimentos

- Utilizar contagem oral nas brincadeiras e em situações em que as crianças reconheçam sua necessidade;
- Explorar diferentes procedimentos para comparar grandezas e medidas;
- Explicar e/ou representar posição de pessoas e/ou objetos.

3. Movimento

Objetivos

- Construir, ampliar e afirmar sua imagem corporal;
- Ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e movimento;
- Desenvolver sua coordenação do movimento e o equilíbrio;



- Aperfeiçoar as habilidades e possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- Aprender a combinar e respeitar regras.

Conteúdo

- Expressividade;
- Equilíbrio e coordenação.

Habilidades e competências

- Adquirir maior controle sobre o seu corpo e apropriar-se cada vez mais das possibilidades de inserção com o mundo;
- Ampliar as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais;
- Ampliar seus conhecimentos acerca de si mesmos, dos outros e do meio em que vivem;
- Desenvolver seu plano motor (subir, escalar, pular);
- Aprimorar-se progressivamente da imagem global de seu corpo.

Procedimentos

- Brincadeiras de faz de conta;
- Jogos e brincadeiras envolvendo a interação, imitação e o reconhecimento do corpo;
- Representar experiências vividas por meio do movimento;
- Exercícios que envolvam habilidades de força, velocidade, resistência, flexibilidade;
- Brincadeiras e jogos que envolvam exploração das capacidades físicas e a expressão de emoções, afetos e sentimentos.

4. Natureza e sociedade

Objetivos

- Ampliar as experiências que traz de casa e de outros lugares;
- Reconhecer os componentes da paisagem;
- Ampliar o conhecimento dos seres vivos e valorizar a vida e o meio ambiente;
- Conhecer o seu corpo e o que acontece com ele em determinadas situações;
- Aprender a cuidar de si de forma a evitar acidentes e manter a saúde.



Conteúdos

- Confecção de objetos e progressos de transformação;
 - Prevenção de acidentes e conservação dos objetos do uso cotidiano;
 - Os seres vivos;
- Relação entre diferentes espécies;
- Cuidado e valorização com animais e plantas;
- Cuidado com o corpo;
- Fenômenos da natureza – Condições diárias do tempo (calor, chuva, dia, noite).
- Variação de temperatura.

Procedimentos

- Identificação pessoal (descrição de suas características);
- Observar e explorar os componentes da paisagem local e outras paisagens;
- Conversação sobre diversas datas comemorativas;
- Conhecimento do próprio corpo;
- Observação dos fenômenos da natureza;
- Confecção de cartazes.

Avaliação

A avaliação deve ser concebida como um processo contínuo, no qual o desenvolvimento da criança é focalizado em seus múltiplos aspectos, desenvolvimento este, que é pessoal e cujo ritmo deve ser respeitado.

Dar-se-á através do registro de desenvolvimento do aluno no decorrer do ano.

Referências

BASSEDAS, Eulália, TERESA, Huguet, SOLÉ Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. São Paulo.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.



PROJETO DE APRENDIZAGEM 2009

Tema - Diversidade: o direito de ser

Ver no próprio olho é caminhar para integrar a própria sombra pessoal.
Integrar é considerar parte estrutural de si mesmo e não ter medo de assumir a condição de ser humano em processo constante de crescimento.
O grande objetivo do ser é aprender a se humanizar.

Apresentação

Organizar o trabalho pedagógico da escola e da sala aula é tarefa individual e coletiva de todos. Para tanto, é fundamental que se sensibilizem com as especificidades, as potencialidades, os saberes, os limites e as possibilidades das crianças e adolescentes diante do desafio de uma formação voltada para a cidadania, a autonomia e a liberdade responsável de aprender e transformar a realidade de maneira positiva.

Nessa proposta educacional buscamos investir na formação do educando, possibilitando-lhe a construção dos saberes significativos para sua vida.

Justificativa

Trabalhar com a diversidade é uma tarefa complexa e ao mesmo tempo desafiadora, pois sem conhecer as interações não há como educar crianças e jovens numa perspectiva de humanização. Embora saibamos que seja impossível uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais.

Nessa visão buscamos através do projeto *Diversidade: o direito de ser*, trabalhar com a sensibilidade de se permitir a perceber o outro com generosidade.

Incentivando-os a uma mudança de atitude que influenciará na construção do ser cidadão capaz de reconhecer-se como protagonista de uma sociedade pluralista.



Objetivo Geral

Oportunizar a comunidade escolar situações para refletir, discutir e posicionar-se de maneira crítica e responsável sobre a questão da discriminação no contexto escolar para, assim, compreender a cidadania como um processo de conquista de direitos e deveres para a construção de uma sociedade humanista.

Objetivos Específicos

- Repudiar todo tipo de discriminação baseada em diferenças de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais;
- Compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças;
- Valorizar a importância da nossa história e origem;
- Apreciar obras artísticas e manifestações culturais;
- Estimular a oralidade, ampliando o vocabulário e a capacidade de expressão;
- Identificar valores históricos e culturais;
- Utilizar a música como linguagem expressiva e forma de conhecimento de mundo;
- Construir gradualmente postura para a aprendizagem através da formulação de hipótese na busca de informações;
- Criar uma imagem positiva de si mesmo, baseada em suas características físicas e culturais e, desta forma, fortalecer sua auto-estima.

Metodologia

O projeto será desenvolvido com estudos de textos significativos sobre o tema, utilizando diferentes modalidades textuais, como lendas, contos, poemas, músicas, textos informativos e documentários.

As situações de aprendizagem dar-se-ão com reflexões, dinâmicas, jogos, pesquisas, leituras coletivas, registros, visitas e passeios coletivos.



Recursos

- Diversas fontes de pesquisa, tais como: revistas, livros didáticos e Internet;
- Materiais escolares diversos;
- Recursos tecnológicos como: TV, DVD, aparelho de som, CDs, computador.

Avaliação

A avaliação permitirá orientar e otimizar as aprendizagens. A partir desse pressuposto utilizaremos observações diretas e portfólios, a fim de que possamos analisar e favorecer a evolução dos alunos no processo ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. 1997



Apresentação

Iniciação para o Trabalho

Formação Profissional

Inserção e Acompanhamento Profissional – Colocação



Federação Nacional das APAEs - FENAPAE
Universidade Corporativa da Rede Apae - UNIAPAE
Sistema de Intercâmbio entre Gestores das Apaes - SIGA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador



CENTRO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL (CEFAP)

Apresentação

O Centro de Formação e Acompanhamento Profissional da APAE Salvador desenvolve o Programa de Educação Profissional com vistas a formação plena de seus aprendizes desde 1997. A partir desta data vem evoluindo procurando a individualização dos processos formativos para que as pessoas com deficiência criem os seus espaços no mundo do trabalho e possam ser felizes em seu processo vital.

Encarar a Formação Profissional como um percurso que visa levar a pessoa a uma participação ativa na comunidade é o desafio dos dirigentes, familiares e de todos os educadores.

Vivemos hoje em um modelo de Formação Profissional que prima por respeitar cada vez mais as diferenças individuais das pessoas com deficiência e suas diversas formas de aprendizagem.

A visão futurista, que norteia o Programa de Educação Profissional do Cefap, contempla a formação de habilidades e competências voltadas para a vida laboral, o trabalho incessante com a família, a formação de parcerias e a sustentabilidade do programa.

Em nosso percurso histórico já capacitamos mais de 1000 (mil) pessoas de nossa Instituição e de outras parceiras. Cada vez mais estamos conscientes que as pessoas com deficiência necessitam de oportunidades e condições favoráveis ao processo de aprendizagem.

Todos os dirigentes, profissionais, familiares e empresários precisam compreender que o significado do trabalho toma formas diferentes em cada um de nós e que a missão do educador é encontrar caminhos para que as pessoas com deficiência criem espaços na comunidade como sujeitos participativos e felizes.



O Programa de Educação Profissional para pessoas com deficiência, pode e deve ser desenvolvido em todas as APAES; ele prima pela criatividade de sua equipe e pelo compromisso com os associados. Toda APAE, por mais simples que possa parecer, pode e deve desenvolver uma Proposta de Educação Profissional e Colocação no Trabalho.

O Programa de Educação Profissional é desenvolvido em três etapas: Iniciação para o Trabalho, Formação Profissional e Inserção e Acompanhamento no Trabalho. Além disso, dispõe-se de uma Equipe de Apoio Multidisciplinar e o Centro de Artes.



INICIAÇÃO PARA O TRABALHO

A Iniciação para o trabalho consiste em duas fases:

1ª Fase: avaliação inicial para o trabalho

2ª Fase: pré-profissionalização

A avaliação inicial para o trabalho visa identificar os interesses, as necessidades e as potencialidades da pessoa com deficiência, especificando sua capacidade para executar uma tarefa, função ou emprego. Verificando os aspectos pessoais e sociais a serem desenvolvidos, definindo assim o plano de atendimento individual para o aprendiz.

A segunda fase consiste em possibilitar que a pessoa adquira um nível máximo de autonomia e independência, considerando as capacidades evolutivas do ser humano nas dimensões biológica, social, afetiva, cognitiva e espiritual. Oportunizando ao educando o exercício de cidadania onde este também aprenda a lidar com suas limitações, possibilidades e escolhas.

Objetivos

- Identificar e favorecer o desenvolvimento das capacidades e habilidades;
- Verificar os aspectos pessoais, sociais e profissionais a serem desenvolvidos;
- Desenvolver hábitos e atitudes essenciais de trabalho;
- Melhorar a capacidade pessoal de articular automaticamente os saberes (saber, saber-fazer, saber-ser e saber-comunicar);
- Tornar as funções cognitivas mais eficientes, favorecendo ao aprendiz estruturar condutas inteligentes.



Metodologia

A equipe é composta por pedagogos e psicopedagogos que desenvolvem um trabalho focado no respeito ao estilo de aprendizagem de cada aprendiz, investindo na qualidade das intervenções pedagógicas e no processo de ensino com competência.

O propósito da equipe é identificar e favorecer meios para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao seu processo formativo. Além disso, melhorar o cabedal intelectual, enriquecimento do vocabulário, aprimorar a capacidade de comunicação são alguns dos aspectos que facilitam a compreensão do mundo para o educando.

Como o ato de conhecer necessita também de conteúdos externos para se efetivar, adotamos a prática das saídas pedagógicas a museus, cinemas, parques, teatros, shoppings e outros espaços sociais.

As atividades complementares fazem parte da estrutura do programa: educação física, capoeira, informática e sensibilização artística.

Conteúdo

O conteúdo é variável de acordo com as necessidades do aprendiz, os acontecimentos sociais, as áreas dos conhecimentos (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais e Naturais) e outros referentes às atividades das oficinas que visa o despertar para a conduta profissional (habilidades básicas, específicas e de gestão). Os conhecimentos referentes à orientação para o trabalho devem estar incluídos:

- Documentação pessoal/Normas internas de trabalho/Cidadania/Medidas de higiene e segurança no trabalho/Hábitos e atitudes profissionais.

Os pré-requisitos para o ingresso na Etapa de Iniciação para o Trabalho são:

- Idade mínima de 16 anos/Ter autonomia nas atividades da vida diária.



Projeto Especial – Oficina Sócio-Ocupacional

É indicado para os aprendizes sem condições de inserção no mercado competitivo de trabalho. Esse projeto visa atender aquelas pessoas em idade avançada ou mais comprometida intelectualmente que exigem um programa específico.

Propicia aos aprendizes atividades da vida diária e vida prática, nas seguintes áreas:

- Higiene e aparência pessoal;
- Saúde;
- Atitudes sociais;
- Trabalhos artesanais.

Os aprendizes também participam das atividades complementares de informática, sensibilização artística e educação física.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Formação Profissional caracteriza-se pelo seu objetivo eminentemente qualificador, se preocupando com o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para a formação dos educandos, preparando-os para desempenhar tarefas no mundo do trabalho.

A Formação Profissional realiza suas atividades com ênfase em duas modalidades:

- **Habilitação:** Habilita, de forma integral, os nossos educandos com vistas à sua colocação no mundo do trabalho.
- **Requalificação:** Promove a formação, o aperfeiçoamento e a requalificação profissional dos aprendizes que estavam inseridos no mercado de trabalho e regressaram por motivos diversos.

A Formação Profissional consiste em desenvolver, por meios de atividades teóricas e práticas, o potencial laborativo do educando para que o mesmo possa executar e produzir determinadas funções com qualidade, responsabilidade e criticidade.

Objetivos

- Preparar o educando de forma integral com vista ao mundo do trabalho;
- Aperfeiçoar conhecimentos básicos, valores e atitudes necessárias para a sua profissionalização;
- Conscientizar e ou encaminhar os educandos para a sua inclusão nas Escolas Regulares com vista ao Letramento e Alfabetização;
- Oferecer aos educandos condições adequadas e dignas para o desenvolvimento de posturas e habilidades basilares para o trabalho;
- Encaminhar o educando para o mercado de trabalho e ou para a etapa de Colocação Profissional.

Metodologia

O nosso Programa é desenvolvido utilizando um currículo natural e individualizado, através de atividades contextualizadas realizadas na própria Instituição, nas



empresas parceiras (Banco do Brasil, SEC, etc) ou através do sistema S (SENAC, SENAI).

Avaliação

Verificamos o êxito de aprendizagem dos nossos educandos fazendo uma avaliação contínua e processual durante todo o desenvolvimento do Programa.

Conteúdos

Os conteúdos são variáveis de acordo com as demandas de necessidades dos educandos, consolidando hábitos, atitudes e valores necessários no ambiente de trabalho, visando à construção de uma conduta profissional (habilidades básicas, específicas e de gestão) adequada.

A Formação Profissional deve primar por conteúdos referentes à orientação para o mundo do trabalho tais como:

Documentação Pessoal/Normas Internas de Trabalho/Tipos de Trabalho/Concursos Públicos/Ética e Cidadania/Estrutura Organizacional das Empresas/Medidas de Higiene e Segurança no Trabalho/Relações Interpessoais (EU) e Intrapessoais (Grupais)/Legislação Trabalhista (direitos e deveres)/ Elaboração e organização de Currículo/Noções básicas de Informática/ Letramento/Alfabetização/Organização Sindical.

Através desses conteúdos, dentre outros, buscamos propiciar aos nossos educandos um nível mais formal e sistematizado de valores, atitudes, postura ética, conhecimentos prévios e a construção de habilidades especificamente associadas a uma determinada função ou ocupação no mundo do trabalho.

Os principais pré-requisitos para a realização dos cursos de Formação Profissional são:

Estrutura formal/Conteúdo programático sistematizado e contextualizado abrangendo a teoria e a prática/Duração pré-determinada.



Os pré-requisitos para o ingresso dos educandos nos cursos de Formação Profissional são:

Ter a idade mínima de 16 anos/Possuir maturidade para a sua convivência num grupo heterogêneo/Ter autonomia na realização de atividades da vida diária com independência.

É necessário salientar que, todas as APAEs, independente do contexto, estrutura física, podem desenvolver um Programa de Educação Profissional se adequando a realidade local.

Primeiramente, deve-se realizar um trabalho de conscientização junto à família, buscando sempre uma escuta sensível e resgatando a importância do trabalho na vida do cidadão. A partir desse contexto, devem-se identificar as demandas existentes na comunidade local, assim como o talento e as aspirações de cada educando.

A Formação Profissional pode iniciar de forma simples com pequenas atividades realizadas dentro da copa, no jardim, nas áreas externas e internas das Instituições com o acompanhamento e as intervenções pedagógicas dos educadores/instrutores. E com o passar do tempo evoluir para uma proposta de curso propriamente dito.

Ao final do trabalho, quando o educando demonstrar que está apto para o exercício da atividade profissional, será encaminhado diretamente para o Banco de Dados da Colocação, para o SINE (Serviço Nacional de Empregos) ou para outros serviços da comunidade a fim de efetuar sua inclusão laboral.

Um dos aspectos que é de suma importância para a implantação e a realização desse Programa é que a pessoa que irá coordenar esta etapa tenha uma boa articulação comunitária no intuito de promover a inserção exitosa do educando no mundo do trabalho.



INSERÇÃO E ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL – COLOCAÇÃO

A Inserção Profissional consiste na inclusão do aprendiz em alguma atividade laboral, considerando seu potencial, habilidades, competências e aptidões pessoais, bem como a disponibilidade de vagas no mercado de trabalho. Tendo como respaldo legal as leis:

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 que dispõe sobre a Lei de Cotas voltada para empregar pessoas com deficiência:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

LEI Nº 7.853 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela



jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

As modalidades de inserção profissional propostas pelo Programa são: Emprego Competitivo Aberto (quando o aprendiz é colocado como qualquer pessoa, sem a obrigatoriedade de apoios ou procedimentos especiais) e Emprego Competitivo Apoiado (quando o aprendiz ou grupo de aprendizes passa a trabalhar com o apoio constante de um instrutor).

O acompanhamento profissional é caracterizado pelo Projeto de Assessoria Técnica que consiste em diferentes serviços, relacionados abaixo, visando a eficiência e a eficácia da inclusão profissional da pessoa com deficiência intelectual, bem como a garantia da sua empregabilidade:

- **Identificação de Postos de Trabalho** – mapeamento de possíveis postos de trabalho compatíveis ao perfil da pessoa com deficiência intelectual com emissão de relatório do trabalho realizado.
- **Palestra de Sensibilização** – orienta e estimula todas as hierarquias da empresa a receberem informações sobre a diversidade humana, da qual a deficiência intelectual é um aspecto. Prepara os colaboradores para expressarem seus sentimentos, preconceitos e dúvidas, minimizando e prevenindo os efeitos de atitudes inadequadas que possam interferir na inclusão profissional (duração de 1 hora).
- **Visitas Técnicas** - ocorre de acordo com a necessidade da empresa. Citando como exemplo, uma empresa solicitou orientação para colaboradores que está nas dependências da própria empresa, com o objetivo de informar a proposta da instituição onde as pessoas são capacitadas, desmistificando pré-conceitos e proporcionando interação com a deficiência intelectual.



Consiste ainda em promover um acompanhamento sistemático para os nossos ex-alunos, através da assistente social e pedagogo, *in loco* (na empresa) realizando atendimentos individuais, reuniões e técnicas de dinâmicas de grupo (integração, autoconhecimento, etc.) bem como disponibilizamos um instrutor, quando necessário, para acompanhar o ex-aluno no período de adaptação nas atividades da empresa. (a combinar). Além disso, encaminha-se para o médico neurologista da nossa instituição, sempre que necessário.

Visitas Domiciliares - Acompanhamento das famílias dos ex-aprendizes, no que tange à intervenção dos conflitos intrafamiliares.

PROCESSO O Quê?	OBJETIVO Para quê?	MÉTODO Como?	PÚBLICO ALVO Para quem?	RESPON- SÁVEL Quem?	MEIOS E INSTRUMENTOS Com quê?	CRONOGRAMA Quando?
Inserção e acompanhamento de ex-aprendizes no mercado de trabalho	Incluir a pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho	Contatos com empresas parceiras, triagem, pré-seleção, assessoria técnica (análise de posto de trabalho, sensibilização e visitas técnicas domiciliares)	Aprendizes e Empresas	Equipe Técnica	Telefone, e-mail, fichas de supervisão, contrato de parceria, data show, máquina fotográfica.	De acordo com a demanda
Acompanhamento das famílias dos ex-aprendizes	Prestar assistência aos ex-aprendizes e seus familiares	Contatos, reunião de integração e informativa. Visita domiciliar	Aprendizes e Familiares	Equipe Técnica	Telefone, e-mail, data show, máquina fotográfica.	Quinzenal Mensal
Monitoração e avaliação das atividades	Controlar as atividades, comparar os dados	Reuniões, relatórios, planos de ação/gráficos cronogramas	Coordenação e Gerência	Equipe Técnica	Computador, material de escritório	Mensal



Atribuições da inserção e acompanhamento profissional no mercado de trabalho.

- Manter atualizado o banco de dados;
- Manter contato com recursos humanos das empresas, com o objetivo de conquistar novas parcerias, através da busca ativa;
- Fazer análise da (s) função (ões), disponibilizada (s) pela empresa, com apoio da terapeuta ocupacional;
- Avaliar o perfil laboral dos aprendizes, que se encontram no banco de dados, e sua afinidade/habilidade com as vagas disponibilizadas;
- Orientar a família dos aprendizes encaminhados ao mercado de trabalho, nas questões como: exames admissionais, assinatura de contrato e acompanhamento, através de visita domiciliar, dos aprendizes para seu bom desempenho;
- Verificar documentação solicitada pela empresa e, se necessário, orientar e acompanhar o aprendiz para tirá-la;
- Orientar os aprendizes encaminhados ao mercado de trabalho quanto à sua postura laboral, responsabilidades, assiduidade, higiene pessoal, direitos e deveres enquanto cidadãos;
- Realizar palestra de sensibilização para o maior número de funcionários de uma nova empresa parceira, antes do ingresso do aprendiz na empresa;
- Acompanhar os aprendizes no processo de admissão (entrevista de seleção, exames médicos e assinatura de contrato);
- Acompanhar o(s) aprendiz (es) em seu primeiro dia de trabalho;
- Fazer, sistematicamente, supervisões com o novo colaborador (ex-aprendiz), no local de trabalho, com objetivo de manter a empregabilidade;
- Realizar semestralmente, reuniões com os pais ou responsáveis, dos ex-aprendizes que se encontram no mercado de trabalho.



O que mudou na vida da pessoa com deficiência intelectual, após sua inserção no mercado de trabalho.

- Conquistaram autonomia e independência;
- Tornaram-se referência na família, uma vez que a maioria dos familiares sobrevive de trabalho informal;
- O modelo médico deu lugar ao modelo social;
- Já não dependem mais do apoio financeiro da família;
- Conquistaram mais confiança e credibilidade no trabalho;
- Conquistaram o direito de cidadania (muitos compraram casas, constituíram família, ingressaram na escola regular etc);
- Elevação da iniciativa.

O que mudou nas empresas após a colocação da pessoa com deficiência intelectual

- As empresas se tornaram mais produtiva;
- Ganhos de imagem (marketing social);
- Engajamento e espírito de equipe;
- Incentivo a criatividade;
- Aumento na produtividade;
- Admiração do cliente pela iniciativa.



EQUIPE DE APOIO MULTIDISCIPLINAR

Constituído por uma equipe técnica nas áreas de psicologia, serviço social, terapia ocupacional e educação física prestando apoio no Programa de Educação Profissional no que se refere às avaliações, aos atendimentos e às orientações específicas.

O trabalho destes profissionais consiste em:

- Psicologia – desenvolver atividades com o foco na aquisição de comportamentos adequados para a vida laboral (normas, regras, hierarquia, relacionamento interpessoal, responsabilidade, execução da tarefa, iniciativa, etc) bem como na melhoria da qualidade de vida.
- Serviço Social – atender às famílias em suas necessidades básicas garantindo a sua condição de cidadania e integrando-se no contexto sócio familiar e na comunidade na qual vive.
- Terapia Ocupacional – desenvolver atividades que visem a máxima independência e autonomia na vida diária bem como qualificação para futura inserção no mercado de trabalho.
- Núcleo de Esporte e Lazer – desenvolver atividades como educação física, capoeira, treinamento físico para competições visando favorecer o desenvolvimento biopsicosocial dos aprendizes da APAE, encorajando-os a superar as suas dificuldades e limitações, através da prática de atividades físicas, exercício, esporte e lazer de cunho lúdico, contextualizado na proposta pedagógica da Instituição, aprimorando a sua condição para inserção no mercado trabalho.



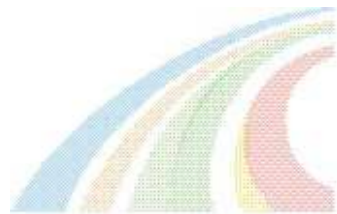
CENTRO DE ARTES

O Centro de Artes é um programa dentro do Cefap, onde são desenvolvidas oficinas artísticas na área de teatro, cinema e vídeo, artes visuais, música e dança. O carro chefe do Centro de Artes é a Opaxorô Companhia de Dança e Percussão. A Cia. Opaxorô possibilita o desenvolvimento de novas habilidades sensoriais e corporais nos aprendizes. O principal foco das coreografias é o resgate da cultura africana e nordestina.

A Cia. Opaxorô iniciou como um grupo de dança desenvolvido para participar de um festival internacional específico, e que devido a esse sucesso prosseguiu em apresentações folclóricas.

Atualmente o grupo é composto por 34 artistas com e sem deficiência. Para fazer parte do elenco é necessário que o aprendiz seja aluno da Instituição, onde são observados nas aulas de sensibilização artística e quando mostrado um potencial é convidado a integrar a Companhia. Pode ser selecionado, também, aquele oriundo da comunidade, uma vez que a APAE em parceria com o Ministério da Cultura é sede do Ponto de Cultura Arte Viva, tendo como foco a inclusão através da arte.

O Centro de Artes tem em sua equipe um coordenador, uma professora de dança, um professor de música e percussão, além de outros professores de projetos específicos.



Projetos Desenvolvidos
Outras Ações

SERVIÇO SOCIAL



SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO EDUCACIONAL DA APAE

Introdução

Nos moldes atuais do conceito de família não cabe mais caracterizá-la apenas pelos atores que a compõe, seja pelo vínculo consangüíneo ou relacional. Configura-se um modelo de família ampliada e que influencia diretamente na forma de convivência entre seus membros e na fragilidade dos seus vínculos.

Desta forma, não convém trabalhar com a família de maneira fragmentada e sem toda a sua dinâmica relacional e cotidiana, percebendo como os seus vínculos se estabelecem, empoderando-a e envolvendo-a através do entendimento acerca de direitos e resgate da auto-estima desta família no sentido de reforçar o significado dos vínculos afetivos, familiares e comunitários legitimando cada um o seu papel na perspectiva de assumir a sua condição de sujeito protagonista da ação.

Projetos Desenvolvidos

1. Geração de Renda

Objetivo: Criar alternativas para geração de renda, elevação da auto-estima e desenvolvimento do potencial de trabalho das famílias.

2. Fazer e Acontecer

Objetivo: Suscitar reflexões acerca da importância dos valores humanos para fortalecimento das relações sociais e pleno exercício da cidadania.

3. Projeto Pais Apoio

Objetivo: Capacitar e acompanhar o grupo de pais para desenvolver ações junto aos pais de recém-nascidos nas maternidades públicas, que tiveram um diagnóstico de deficiência, no intuito de apoiá-los e orientá-los sobre a existência de tratamentos necessários.



Outras Ações

- Atendimento a comunidade;
- Entrevistas sociais para investigar as situações: cultural, ambiental, social, pessoal e econômica do educando e seus familiares;
- Orientação aos pais e/ou responsáveis sobre as normas e rotinas do Centro Educacional, recursos existentes e necessidade da participação efetiva deles no processo educacional da criança ou adolescente;
- Visitas domiciliares em situações de necessidade;
- Elaboração de projetos específicos de atuação, estabelecendo estratégias esboçadas através de situações concretas do educando e da família;
- Orientações e encaminhamento das famílias para os benefícios sociais, previdenciários e assistenciais;
- Identificação das necessidades econômicas mais preeminentes da família procurando conjuntamente a criação de alternativas para o enfrentamento da problemática;
- Participação em reuniões da equipe interdisciplinar;
- Mobilização da rede de serviços sociais do município e do estado a fim de atender a demanda do educando e seus familiares;
- Estabelecimento de contatos com Universidades e Instituições que desenvolvem serviços similares, para troca de experiência, aquisição de novos conhecimentos e técnicas necessárias à qualidade do atendimento;
- Capacitação dos integrantes do grupo Pais Apoio.

Sugestão de Consulta

www.transportes.gov.br

www.mas.gov.br

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004.

Estatuto da Pessoa com Deficiência – Projeto de Lei nº 7.609/2006





Federação Nacional das APAEs - FENAPAE
Universidade Corporativa da Rede Apae - UNIAPAE
Sistema de Intercâmbio entre Gestores das Apaes - SIGA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador



SAÚDE - ALGUNS PROCEDIMENTOS

No início do atendimento na área de saúde devem-se observar as seguintes considerações:

1. Se existe demanda de pacientes para utilizar os serviços a serem oferecidos.

Levar em consideração o número de habitantes do município e a possibilidade de atendimento aos pacientes de outros municípios.

Fazer levantamento da rede SUS e ver as carências na área ambulatorial. Pode ser realizada pesquisa junto ao seu mercado (comunidade) para verificar os atendimentos que não são oferecidos na região e que são passíveis de serem oferecidos pela APAE.

2. Espaço Físico/Localização

Levar em consideração que é indispensável área de estacionamento e estar próximo ao acesso de transportes coletivos.

3. A APAE já oferece algum tipo de serviço de saúde para seus alunos?

Muitas vezes a APAE já disponibiliza para os alunos atendimentos como terapia ocupacional, fonoaudiologia, fisioterapia e atendimentos médicos que podem ser estendidos para a comunidade.

4. O município onde a APAE está localizada está na Gestão Plena?

Na gestão plena o município é quem decide as parcerias que irá realizar. Caso não esteja na gestão plena, as negociações serão realizadas com a Secretaria Estadual de Saúde. Em geral todo convênio começa no município, deve-se então estreitar a parceria entre a APAE e a Secretaria Municipal de Saúde.



5. Conhecer as Portarias Ministeriais relativas à área de saúde, principalmente a GM/MS nº. 2.848 de 06 de novembro de 2007.

Anexo V Grupo 03 – Procedimentos Clínicos - Descreve os procedimentos, códigos e valores da Tabela Unificada do SUS.

6. Documentos legais

CNPJ, Alvará de Localização, Alvará da Vigilância Sanitária, entre muitos outros.

7. Quais os profissionais que devem ser contratados pela APAE.

Além dos profissionais de saúde (médicos, psicólogos, fisioterapeutas) também são necessários:

- a) Recepcionista;
- b) Faturista;
- c) Limpeza/Higienização.

8. Com todas as informações e dados deve ser elaborado um Projeto sobre o serviço a ser implantado, relacionando a estrutura física e equipamentos disponíveis, os profissionais e os atendimentos que serão disponibilizados.

9. Fontes de recursos

Os serviços podem ser remunerados de várias maneiras, não necessariamente apenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

- a) Atendimentos particulares;
- b) Através de convênios (Tabelas e códigos AMB/90, AMB/92, CBHPM);
- c) SUS (Tabela Unificada SUS).



10. Suporte de Informática

Mesmo uma pequena empresa precisa utilizar ferramentas de informática. Aí se incluem, equipamentos (hardware) e programas (software).

Na área de saúde é indispensável a utilização de um bom programa, cuja função irá desde a recepção dos pacientes, registros, prontuários, e por fim, o faturamento das contas referentes aos serviços realizados.

11. Divulgação dos Serviços (marketing)

Marketing é o conjunto de estratégias e ações que provêem o desenvolvimento, o lançamento e a sustentação de um serviço no mercado consumidor. Mesmo de forma simples, a divulgação é essencial para atrair clientes.





Federação Nacional das APAEs - FENAPAE
Universidade Corporativa da Rede Apae - UNIAPAE
Sistema de Intercâmbio entre Gestores das Apaes - SIGA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador



A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Com os novos paradigmas da era do conhecimento, da sustentabilidade e da responsabilidade social, as Apaes devem fortalecer a integração sinérgica tão necessária na relação entre associados, beneficiários, clientes, gestores e colaboradores que compõe a sua estrutura organizacional, sem perder de vista o propósito da nossa existência: a valorização do ser humano, especialmente daquele com deficiência intelectual.

Para tanto, deve adequar a sua estrutura organizacional e implantar a cultura do Planejamento e respectivos instrumentos (Ex.: Plano Estratégico e Programas de Ação) como uma forte aliada à gestão.

Inicialmente precisa definir a **missão**, a **visão**, os **valores** e as prioridades organizacionais. A missão é a razão de ser da instituição; define quem somos, o propósito para o qual existimos. Para definir a missão deve-se ouvir as idéias dos gestores e colaboradores com relação aos aspectos mais significativos dos propósitos da instituição. O exercício consta em fazer as seguintes perguntas: com o que contribuímos? quem são os beneficiários? qual os benefícios? e, por fim, sintetizar em uma frase. Exemplo da missão da Apae Salvador: “**Promover saúde, educação, capacitação para o trabalho e inclusão social das pessoas com deficiência mental**”.

A visão indica a identidade comum dos propósitos da instituição para o futuro; define como pensamos e sonhamos a instituição no médio e longo prazo. A visão estimula a mudança controlada, impele os gestores a se prepararem para o futuro, dirige e alinha as atividades corporativas e deve ter características positivas e desafiadoras. Para ser bem definida, deve possuir as seguintes características: ser abrangente e objetiva; ousada, porém atingível; compartilhada com a equipe; compreendida pela equipe para torná-la realidade. Exemplo da visão da Apae Salvador: “**Ser centro de referência na produção e transmissão do conhecimento nas áreas de saúde, educação e trabalho**”.



Os valores inalienáveis retratam a cultura organizacional; é o conjunto de atitudes praticadas pelos integrantes de uma instituição que caracteriza sua cultura e corrobora para o cumprimento da sua missão e visão.

Um outro aspecto a ser considerado no Planejamento é a necessidade de se fazer uma **análise de cenário externo** e uma **análise do ambiente interno**. A primeira análise consta de variáveis do ambiente externo que tenham ou possam vir a ter impacto sobre a organização como oportunidades ou ameaças as quais se relacionam às mudanças conjunturais econômicas, políticas ambientais que podem interferir positivamente ou negativamente no desempenho da organização.

A análise do ambiente interno são as fortalezas e fraquezas que, como variáveis do ambiente interno da organização, promovem a segurança e a expansão das atividades ou, em caso contrário, as restringem. Portanto é uma espécie de mapeamento para conhecer o que existe no ambiente e como administrá-las. O resultado dessas análises são traduzidas na definição das macro prioridades e respectivas prioridades específicas.

Após a elaboração do Planejamento Estratégico, que é feito a cada 2 ou 3 anos, faz parte também, a construção dos **Programas de Ação (PA)**. Define-se o negócio de cada área e pactuam-se resultados (metas, indicadores e meios de aferição) vinculados às prioridades estabelecidas no Plano. Para cada resultado devem ser definidas as ações a serem desenvolvidas para que os resultados se concretizem.

Na elaboração dos PAs também são elencados os fatores críticos que impactam na concretização dos resultados e que devem ser superados e, ainda, o sistema de comunicação com os meios pertinentes, por exemplo, reuniões, relatórios, etc.

Por fim, a gestão de qualquer organização deve pactuar resultados para um período determinado, materializados em um instrumento de planejamento financeiro, isto é, contendo valores em moeda, para o devido acompanhamento e avaliação da gestão. esse instrumento, denomina-se **orçamento**.



Um orçamento, em finanças, é a expressão das receitas, despesas e resultados financeiros de uma organização, relativo a um período de execução (ou exercício) determinado, geralmente anual, mas que também pode ser revisado mensalmente ou trimestralmente. O orçamento deriva do processo de planejamento da gestão.

A importância do orçamento está em antever as receitas e despesas da entidade. Qualquer orçamento baseia-se em dados históricos, fatos ocorridos no passado que permitem um mínimo de previsibilidade. Como a contabilidade é o registro histórico das operações econômicas e financeiras, obviamente que é o principal elemento na formação de premissas orçamentárias.

Documentos necessários para funcionamento de uma Apae

- Ata de instalação da APAE;
- Estatuto;
- Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Inscrição Municipal;
- Utilidade Pública Federal/ Estadual e Municipal;
- Conselho Nacional de Assistência Social;
- Conselho Estadual de Educação;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Atestados de Funcionamento emitido por Autoridade Local (são necessários três);
- Alvará de Funcionamento;
- Alvará da Vigilância Sanitária.



POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO MOVIMENTO APAEANO

A Política de Acompanhamento e Monitoramento do Movimento Apaeano é o conjunto de princípios, normas, processos e instrumentos articulados que retratam e orientam a execução do planejamento e buscam alcançar o objetivo de implementar práticas sistemáticas de acompanhamento, monitoramento e avaliação para melhorar a qualidade dos serviços e da gestão do Movimento Apaeano.

Nesse momento em que o movimento expressa uma crescente demanda pela melhora da qualidade da defesa de direitos e serviços prestados aos usuários, às suas famílias e à sociedade, o nosso desafio tem sido adotar ferramentas de gestão sem perder nossa identidade de movimento social, nosso comprometimento com a problemática da pessoa com deficiência e a proximidade e vínculo com pais e familiares.

Pressupostos da Política de Monitoramento

- A tomada de decisão é uma função predominantemente política – pautada em avaliações de poder e relações - resultados produzidos por pesquisas e avaliações norteiam a assertividade na tomada de decisão;
- O processo de monitoramento e avaliação envolve as ações para a melhoria dos serviços e da gestão – possibilita ajustes, correções e atualizações;
- O monitoramento é parte estratégica da gestão – contrapõe à idéia de fiscalizar, controlar, punir;
- Avaliar deve ser uma ação humana e democrática – conhecer a realidade e atuar sobre ela da melhor forma;
- O monitoramento deve ser uma ação participativa dialógica – participação de todos os atores envolvidos numa relação horizontal e construtivista.

Se o propósito da avaliação é julgar o que se alcançou mediante as atividades já realizadas, o monitoramento se debruça sobre aquilo que está sendo feito no cotidiano e procura ver se está acontecendo de acordo com o planejado e tendo os



resultados esperados, permitindo observar desvios em relação àquilo que a Apae tinha previsto, podendo assim fazer correções de rumo no curto prazo. Portanto, o sentido do processo de monitoramento e avaliação é apontar aspectos do funcionamento das Apaes e do Movimento que, por um lado, precisam ser mudados para melhorar, e por outro lado, há soluções encontradas pelas Unidades que precisam ser fortalecidas e disseminadas no seio do movimento.

Impactos do Monitoramento:

a) nas Apaes

- Desenvolver autoconhecimento da Unidade;
- Ter apoio para a resolução de seus problemas;
- Desenvolver a melhoria da qualidade de seus serviços.

b) na Federação

- Conhecer melhor sua rede;
- Identificar potencialidades e fragilidades do movimento;
- Poder planejar suas ações por região;
- Melhoria da qualidade dos serviços.
-

Por suposto, a somatória das ações do monitoramento garantirá o fortalecimento do Movimento Apaeano.

GERENCIAMENTO FINANCEIRO

Necessário se faz conhecer alguns procedimentos para lidar com o dinheiro nas Instituições.



Todas as Instituições deve ter um DEPARTAMENTO FINANCEIRO, que cuida da movimentação do dinheiro que entra e que sai. Divide-se em três setores, que são:

1. Setor de Contas a Pagar

1.1 - O que faz o Setor de Contas a Pagar?

É o setor responsável por todo pagamento da Instituição, podendo ser: contas de água, conta de luz, fornecedores, prestadores de serviços, folha de pagamento, etc.

1.2 – Quem efetua as compras de materiais em geral?

O responsável pelas compras da Instituição é o Setor de Compras, que após receber requisição de compras de materiais solicitados pelos **Centros de Resultados e Núcleo de Apoio**, elabora uma Autorização de Fornecimento (AF) e envia para o fornecedor, que por sua vez, libera o material solicitado.

1.3 – Quem solicita contratação de prestadores de serviços?

A contratação de prestadores de serviço, normalmente pode ser efetuado pelos **Centros de Resultados e Núcleo de Apoio**, é formalizado através de proposta e contrato assinado pela Superintendência ou Diretoria da Instituição.

1.4 – Quais são os meios de pagamentos utilizados pelas Instituições?

Os pagamentos podem ser efetuados através de:

- Boleto bancário;
- Depósito bancário;
- Transferência eletrônica (TED - DOC);
- Pagamento eletrônico;
- Borderô eletrônico;
- Cheque.

1.5 – Para onde mandar os documentos após o pagamento?

Para o Setor de Contabilidade que efetua os registros e arquiva para futuras consultas e atendimento ao Fisco.



2. Setor de Contas a Receber

2.1 - O que faz o Setor de Contas a Receber?

Esse Setor é o responsável por todo o recebimento da Instituição, podendo ser: doações, serviços prestados, venda de ativo.

2.2 – Como se efetua o recebimento?

A instituição presta serviços ao cliente, que gera uma fatura a receber e essa vai para o **Setor de Faturamento**, que registra a modalidade de recebimento e passa para o **Setor de Contas a Receber** efetuar a devida cobrança junto ao cliente.

Quando é através de doação, o Setor que recebeu o valor, repassa para o **Setor de Contas a Receber**, registrar e depositar no Banco.

2.3 – Quais são os meios de recebimentos utilizados pelas Instituições?

Os pagamentos podem ser efetuados através de:

- Boleto bancário;
- Depósito bancário;
- Transferência eletrônica (TED - DOC);
- Pagamento eletrônico;
- Cheque.

2.4 – Para onde mandar os documentos após o recebimento?

Para o **Setor de Contabilidade**, que efetua os registros e arquiva para futuras consultas e atendimento ao Fisco.

3. Caixa e Bancos

3.1 - O que faz o Setor de Contas a Receber?



Esse Setor é o responsável pela conferência das entradas e saídas dos recursos no Banco, faz a conciliação bancária para conferir se o Banco registrou os valores, conforme solicitado pela instituição.

4. Relatórios gerenciais

4.1 – O que é um Fluxo de Caixa?

É um relatório gerencial que informa de maneira organizada toda a entrada e saída de recursos da Instituição. Nesse fluxo é possível identificar a saúde financeira da empresa, pois é possível elaborar previsão do que vai receber e vai pagar e saber o saldo final de cada dia. Com base nessa informação a Instituição pode tomar dinheiro emprestado no Banco ou aplicar as sobras de caixa.

4.2 – O que é um Orçamento?

É um relatório que contempla uma programação anual de receitas e despesas que a Instituição pretende realizar. Inclui nesse relatório não apenas a movimentação corrente, como também os investimentos em equipamentos em geral. Constitui-se num instrumento importante na Instituição, onde sintetiza o planejamento anual.



REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

BASSEDAS, Eulália; TERESA, Huguet; SOLÉ Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. São Paulo, 2000.

BLANCO, Rosa. **Implicações educativas do aprendizado na diversidade**. IN Revista Gestão em Rede, agosto, 2002.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição Federal**. Artigo 205. Brasília: MEC, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Convenção de Guatemala**. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração dos Direitos de Todos**. Brasília: MEC, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº. 9.394**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – Apresentação dos Temas Transversais e Ética**. Brasília: MEC, 36 - 40, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998

FENAPAES – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. **Política de Acompanhamento e Monitoramento do Movimento Apaeano**. Projeto Sinergia – v. 01, Brasília, dezembro de 2008 .

FERREIRA, Windyz. **Da exclusão à inclusão: formando professor para responder à diversidade na sala de aula**, 7, 2004.



Federação Nacional das APAEs - FENAPAE
Universidade Corporativa da Rede Apae - UNIAPAE
Sistema de Intercâmbio entre Gestores das Apaes - SIGA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador

GALLO, Sílvio. **Transversalidade e Educação**: pensando uma educação não disciplinar. Rio de Janeiro: DP&A, 17-43, 1999.

GIL, Marta (coord.). **Educação inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo: USP/Rede Saci, 2005.

RAMOS, Rossana. **Passos para a Inclusão**, 2^o ed. São Paulo: Cortez, 2006. (p.13-15).



Comissão do SIGA – Apae Salvador

Ilka Santos de Carvalho
Superintendente

Gildicele de Oliveira Passos
Gerente Técnica e Pedagógica

Tânia Maria de Freitas Brandão
Gerente do CEFAP

Cleusa Zanetti
Gerente de Saúde

Itana Lima
Coordenadora do Centro de Atendimento Especializado

Miralva Marques
Coordenadora Pedagógica da Escola Especial

Ana Beatriz Araújo
Assistente de Coordenação Pedagógica – Centro de Atendimento Especializado

Kátia Soane Santos Araújo
Assistente de Coordenação Pedagógica – Escola Especial

Faraildes Rodrigues
Coordenadora de Qualificação Profissional

Gildália Passos
Coordenadora do Programa de Educação Profissional

Ana Lúcia Godinho Mendes
Assessora Pedagógica de Cursos

Angela Ventura
Assessora Institucional e de Comunicação

Cristina Pires de Oliveira
Secretária da Superintendência

Comissão de Apoio CEDUC

Asman Cristina Ralin | Bárbara Andrade Reis | Edneide Barros | Hunai Lordello | Liliane Muricy
Raquel Adriano | Roberta Bahiense | Sandra Rodrigues

Comissão de Apoio CEFAP

Antônio Marques | Bárbara Calmeto | Lislane Cardoso Fauaze | Márcia Tavares | Mariângela Dórea
Neide Lopes | Nilma Ely Santana | Patrícia Costa | Tatiane Teixeira



APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador

Rua Rio Grande do Sul, 545 - Pituba - CEP: 41 830 141- Salvador - Bahia
Tel: 71 3270 8300 - www.apaesalvador.org.br - apae@apaesalvador.org.br